

A ESCOLA FRENTE ÀS DIFICULDADES EDUCACIONAIS DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

THE SCHOOL FACING THE EDUCATIONAL DIFFICULTIES OF STUDENTS IN THE SITUATION OF POVERTY AND SOCIAL INEQUALITY

LA ESCUELA FRENTE LAS DIFICULTADES EDUCACIONALES DE ESTUDIANTES EN SITUACIÓN DE POBREZA Y DESIGUALDAD SOCIAL

Maria Vanuzia de Oliveira Santos¹

Jurandir de Almeida Araújo²

Resumo: O estudo tem como objetivo tecer uma análise crítica reflexiva acerca do que a equipe gestora e os professores de uma escola municipal da cidade de Camaçari, na Bahia, têm feito para ajudar os estudantes a superarem dificuldades educacionais provenientes da situação de pobreza e de desigualdades sociais em que se encontram. Metodologicamente ancorado na pesquisa de campo de abordagem qualitativa, o estudo revelou nuances antes não percebidas pelos profissionais da escola pesquisada, até então consideradas como algo natural no cotidiano escolar. Revelou ainda que os principais obstáculos que dificultam a aprendizagem e rendimento escolar são de diversas origens, desde a falta de alimentação adequada em casa e na escola, até problemas de saúde.

Palavras-chave: Escola Pública. Pobreza. Desigualdade Social. Dificuldades Educacionais. Currículo.

Abstract: The study aims to conduct a reflective critical analysis of what the management team and teachers of a municipal school in the city of Camaçari in Bahia have done to help students overcome educational difficulties arising from the situation of poverty and social inequalities in which meet. Methodologically anchored in field research with a qualitative approach, the study revealed nuances previously not perceived by the professionals of the researched school, until then considered as something natural in the school routine. It also revealed that the main obstacles that hinder learning and school performance are of diverse origins, from the lack of adequate food at home and at school to health problems.

Keywords: Public school. Poverty. Social Inequality. Educational Difficulties. Curriculum.

¹ Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Secretária Escolar da rede municipal de ensino do município de Camaçari, Bahia. E-mail: v-nuzia68@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2120-5094>

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade, do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). E-mail: juran-araujo@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-4858>

Resumen: El estudio tiene como objetivo realizar un análisis crítico reflexivo de lo que han hecho el equipo directivo y los docentes de una escuela municipal de la ciudad de Camaçari en Bahía para ayudar a los estudiantes a superar las dificultades educativas derivadas de la situación de pobreza y desigualdades sociales en las que se encuentran. Anclado metodológicamente en la investigación de campo con un enfoque cualitativo, el estudio reveló matices antes no percibidos por los profesionales de la escuela investigada, hasta entonces considerados como algo natural en la rutina escolar. También reveló que los principales obstáculos que dificultan el aprendizaje y el desempeño escolar son de origen diverso, desde la falta de alimentación adecuada en el hogar y en la escuela hasta problemas de salud.

Palabras clave: Escuela pública. Pobreza. Desigualdad Social. Dificultades Educativas. Plan de estudios.

Introdução

O governo brasileiro vem somando esforços para encontrar soluções para resolução de diferentes problemas que incidem na educação, entre os quais destacam-se os reflexos da pobreza, extrema pobreza³ e das desigualdades sociais no ambiente escolar. Na perspectiva de colaborar na melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas, algumas universidades federais, a exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), ofertou o curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), tendo como público alvo professores e funcionários de instituições públicas, municipais e estaduais, que apresentam acentuado número de crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem em circunstâncias de pobreza ou de extrema pobreza.

O curso ofereceu subsídios para que os profissionais da educação possam intervir na realidade da unidade escolar onde atuam. Por meio de estudos e discussões suscitadas no decorrer do curso, proporcionou aos professores cursistas uma reflexão crítica acerca dos estudantes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social, com isso (re)pensar o currículo, a prática pedagógica e a sensibilização acerca de questões tão atuais e pertinentes. Sensibilização essa, essencial e de fundamental importância para os profissionais da educação pública, haja visto que, em sua maioria, vivenciam cotidianamente na unidade escolar onde atuam várias questões inquietantes relacionadas ao desempenho escolar dos

³ Pobreza e extrema pobreza são aqui entendidas como a restrição ao acesso a bens e serviços básicos a sobrevivência humana e que não se resume apenas as condições econômicas do sujeito, mas a outros fatores provenientes das desigualdades sociais. Conforme o Banco Mundial, é considerado pobre o sujeito que vive com entre \$ 1 e \$ 2 dólar por dia e extremamente pobre quem vive com menos de \$ 1 dólar por dia. No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), em 2017, era considerado pobre a pessoa que vivia com até R\$ 406,00/mês e extremamente pobre quem tinha a renda de até R\$ 140,00/mês per capita.

estudantes, muitas vezes em decorrência das mazelas sociais que afetam a sociedade brasileira e que estão refletidas na escola.

Assim, o estudo ora apresentado tem como objetivo tecer uma análise crítica reflexiva acerca do que a equipe gestora e os professores de uma escola municipal da cidade de Camaçari, na Bahia, têm feito para ajudar os estudantes a superar dificuldades educacionais provenientes da situação de pobreza e de desigualdades sociais em que se encontram. Parte-se dos pressupostos teóricos de Arroyo (2014) que um dos primeiros passos para a reflexão sobre a relação educação, pobreza e desigualdade social é admitir que a pobreza e as desigualdades existem. Reconhecê-las, para o referido autor, “fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional” (ARROYO, 2014, p. 07).

Ainda de acordo com Arroyo (2014), a cultura escolar e a prática pedagógica da maioria dos docentes têm uma concepção reducionista acerca da questão dos reflexos da pobreza e das desigualdades na escola, assim como uma visão moralista que reduz as dificuldades dos estudantes a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos e ignora a questão material, deixando-as em segundo plano. Esquecem que se as pessoas empobrecidas ou em situação de extrema pobreza têm as condições mínimas de sobrevivência, como atribuir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes a questões de valores morais? Como cobrar um bom desempenho desses alunos se vivem em situação precária e que, muitas vezes, encontram na merenda escolar a única refeição do dia?

Metodologicamente o estudo adota uma análise qualitativa acerca da temática da pobreza e das desigualdades sociais e sua relação com a educação. Assim, ancora-se na pesquisa de abordagem social qualitativa, pois, como observa Minayo (2015, p. 21), responde a questões muito particulares e “se preocupa - nas ciências sociais - com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. E tem o ambiente natural, neste caso a escola, como fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador como o seu principal agente (MINAYO, 2015).

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal, anos iniciais do Ensino Fundamental, localizada na zona periférica da cidade de Camaçari/BA. E como procedimentos e dispositivos para a coleta dos dados foram realizadas observações *in loco*, onde o problema acontece, visto que, segundo Minayo (2015, p. 34), a observação permite ao “pesquisador participar e observar os sujeitos das ações, sem que eles saibam que estão sendo

observados, é usada como complemento de outras técnicas de coletas de dados”; análise de documento, no caso o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois nele se encontram as diretrizes que orientam os professores no desenvolvimento da sua prática pedagógica, assim como na organização da escola; e aplicação de questionário com oito professoras, a gestora, a vice gestora e a coordenadora pedagógica, 12 interlocutores no total.

A questão da pobreza e da desigualdade social e sua articulação com o currículo escolar

O Brasil possui um Produto Interno Bruto (PIB) que o coloca entre os 10 maiores do mundo, no entanto é um país extremamente injusto e desigual no que diz respeito à distribuição de renda, riquezas e serviços entre a população. Um país rico, porém, com muitas pessoas vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza, consequência das desigualdades sociais, étnico-raciais, econômicas e educacionais. Aqui, como observa Araújo (2012, 2014), todas as desigualdades que permeiam a sociedade refletem na escola e faz com que a educação pública ofertada não garanta a permanência e o êxito dos sujeitos socioeconomicamente menos favorecidos, tampouco o atendimento das demandas, interesses e necessidades desses no acesso à escola e a qualidade que se almeja nas instituições de ensino público.

Outra questão a ser pontuada é que devido as precárias condições de vida social e econômica, além da baixa escolaridade, as pessoas empobrecidas ou em situação de extrema pobreza, em sua maioria, não conhecem os seus direitos, muitas delas vivendo do trabalho informal, no subemprego, outras como pedintes. Com isso, estigmatizadas e marginalizadas na sociedade. No caso das crianças e adolescentes, como pontua Abramovay *et al.* (2002, p. 180):

[...] vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas.

Em consonância com as palavras da autora, vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais que vai da extrema pobreza à dificuldade de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura. Em relação a educação, pode-se afirmar que a baixa escolaridade é uma das características de muitas pessoas que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Nesse sentido, compartilha-se do pensamento de Araújo (2014, p. 133) ao afirmar que:

[...] na contemporaneidade quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo maior será sua chance de manter-se competitivo no mercado de trabalho, assim como participante ativo nas relações de poder, enquanto para aquele de pouco estudo resta-lhe apenas a condição de subalterno e, em muitas situações, de marginalizado.

Logo, acredita-se que a educação escolar é uma das condições básicas para uma melhoria nas condições de vida. É tanto que está posto na Diretrizes Curriculares Nacionais a educação como princípio indispensável ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

É preciso entender que a pobreza não é “um problema puramente técnico ou explicado pelas condições individuais de cada sujeito, mas como um problema de caráter estrutural, socialmente constituído e não ‘natural’” (GARCIA; YANNOULAS, 2017, p. 30) Portanto, faz-se necessário modificar a concepção simplista de que a escolarização é sinônimo de ascensão social e econômica, isto é, condição única para o sujeito deixar de ser pobre, pois dessa forma omite-se os verdadeiros motivos, que é a perpetuação da hegemonia dominante (ARROYO, 2014). Como enfatiza o referido autor:

A frase pobre, negro, caboclo, do campo, da favela, “fique no teu lugar” faz parte de nossa cultura política. Há lugares assinados para cada coletivo. Sair do lugar social, racial, de gênero não tem sido fácil em nossos padrões de produção, de poder e de trabalho, de cultura e de conhecimentos. Somente provando, mostrando ter capacidades requeridas, os valores e conhecimentos, as condutas que ostentem dignos poderão até passar de lugar, de margem. (ARROYO, 2009, p. 139).

Assim, para melhorar as condições de vida das pessoas empobrecidas ou em situação de extrema pobreza, vitimadas pelas desigualdades sociais, com isso em situação de vulnerabilidade social, faz-se necessário ações sistemáticas por parte dos governantes e da sociedade como um todo e, sobretudo, uma melhor redistribuição da renda e das riquezas produzidas no país. E no contexto escolar, estimular os estudantes a refletir sobre suas vivências e conhecimentos acerca da realidade do meio em que vivem, para tanto, é

necessário constar no currículo e nos conteúdos escolares os processos históricos que levam a perpetuação da pobreza e das desigualdades na sociedade brasileira, pois compreende-se que:

O currículo tem significados que vão além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, currículo vitae; no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2009, p. 155).

A partir desse entendimento, a importância de se pensar um currículo na perspectiva multicultural que rompa como o modelo homogêneo e eurocêntrico que ainda se faz presente na ação pedagógica de muitas instituições de ensino no país. Um currículo que contemple todos os envolvidos com a ação educativa em sua singularidade e pluralidade, isto é, em suas diferenças e diversidades.

O insucesso da escola pública brasileira, segundo Libâneo (2012, p. 21), “deve-se ao fato de ela ser tradicional, estar baseada no conteúdo, ser autoritária e, com isso, constituir-se como uma escola que reprova, exclui os mal-sucedidos, discrimina os pobres, leva ao abandono da escola e à resistência violenta dos alunos etc.” Com isso a necessidade de um currículo e práticas pedagógicas que promova uma educação na e para a diversidade e contribua “para o desarraigamento de qualquer tipo de preconceito e discriminação, de forma que o respeito às diferenças seja uma constante” (ARAÚJO, 2012, p. 122). Em outras palavras, um currículo que contempla, valoriza e respeita as diferenças e a diversidade étnica e cultural presente na escola.

Defende-se, portanto, que “o processo de ‘seleção do conhecimento’ a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta” (GAMA; DUARTE, 2017, p. 02). Assim sendo, a seleção dos conteúdos pragmáticos não deve considerar apenas os conhecimentos da cultura universal, mas também a diversidade, as necessidades do cotidiano escolar e a realidade social, cultural e econômica dos estudantes.

O currículo escolar não é estanque e configura-se como uma ferramenta que organiza e dinamiza o fazer pedagógico e como pontua Santos (2017, p. 248):

Relacionar currículo e pobreza exigirá aproximar os conhecimentos daquele com as experiências sociais da pobreza, com os sujeitos individuais e coletivos que as vivenciam; demandará colocar em diálogo suas indagações

sobre a pobreza, suas causas, sua produção histórica com as indagações históricas que os conhecimentos dos currículos condensam.

Assim, antes de pensar o currículo, de modo a contemplar a questão da pobreza e das desigualdades, é preciso mudar a concepção moralizante que culpa as pessoas empobrecidas pela sua condição de pobreza, quando na verdade são os processos sociais, econômicos e históricos, junto ao sistema capitalista neoliberal que perpetuam e potencializam as desigualdades sociais. Sistema que mantém a educação à serviço do capital e reproduz as desigualdades e em muitas instituições de ensino uma educação que não problematiza a própria vida dos estudantes.

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada e suas diretrizes

Assim como a maioria das escolas da rede municipal de ensino de Camaçari, a escola onde foi realizada a pesquisa apresenta vários problemas de diversas ordens e origens. No entanto, está posto no PPP da escola que ela apresenta uma “estrutura física privilegiada com espaço amplo”. Diz ainda que a distribuição do espaço físico foi elaborada visando o bom desenvolvimento pedagógico, conforto e comodidade para a comunidade escolar (PPP, 2016). Isso apenas no papel, porque a realidade é outra, totalmente diferente. Como observam Oliveira e Saraiva (2015, p. 624) “a falta de condições estruturais básicas parece ser característica recorrente nas escolas localizadas nos territórios de alta vulnerabilidade social e mostra o quanto a escola pode se apresentar de forma desigual para os mais pobres”.

Dentre os principais problemas observados na escola pesquisada, percebeu-se que parte expressiva dos estudantes chegava na escola famintos por não ter alimentação suficiente em casa e muitas vezes a merenda escolar era a única refeição do dia. E ser comum alguns alunos abandonarem a escola para realizar trabalho informal, geralmente como vendedores ambulantes, com isso, um alto índice de evasão escolar. Embora com o Programa Bolsa Família o índice de evasão escolar tenha sido reduzido significativamente, em decorrência da exigência de que para a família receber o benefício a frequência da criança na escola é obrigatória, a evasão na escola pesquisada era alta. No entanto,

É necessário afirmar a importância de programas como o Bolsa Família. Mesmo que se concorde que a maior preocupação governamental esteja vinculada ao aumento do número de anos de estudo, desvinculada, em grande medida, da garantia da qualidade da educação, estudos mostram que

a condicionalidade, apesar de todas as críticas que se possa fazer, resulta em alguns aspectos positivos. (GARCIA; YANNOULAS, 2017, p. 35).

Outro problema enfrentado pela gestão da escola era o crescente número de estudantes usuários de drogas lícitas e ilícitas, provavelmente devido ao fato de serem oriundos de comunidades onde o tráfico e uso de drogas parece ser algo banalizado. No entanto, contraditoriamente o PPP diz que:

Por se tratar de uma escola de um bairro periférico, que conta com uma comunidade de rendas diversificadas, onde temos classes sociais diferentes, a integração vem sendo na medida do possível fácil, há um grande respeito por parte da comunidade em relação à escola, e um retorno da escola em relação às atividades proporcionadas tanto pela prefeitura quanto pela escola (proposta pedagógica). (PPP, 2016).

O questionamento é: a integração da escola com a comunidade ao redor tem sido fácil em que sentido? Se a unidade escolar é frequentada por estudantes, em sua maioria, empobrecidos, alguns vivendo em situação de extrema pobreza e uma pequena minoria de filhos de pequenos comerciantes (mercadinhos, padarias, quitandas de frutas e verduras, entre outros), cada um com suas demandas e necessidades, muitas das quais a unidade escolar não consegue atender ou atende de forma insatisfatória.

Conforme consta no PPP:

A escola foi uma conquista da comunidade, pois no bairro não existia escola, e ainda é muito carente de escolas, espaços culturais, de lazer e saneamento básico. Surgiu mediante as várias reivindicações, discussões das comunidades locais e seus representantes, por não existir uma unidade escolar na região. Hoje buscamos atender a comunidade atendendo aos princípios da gestão democrática com base numa melhoria contínua (PPP, 2016).

No entanto, no que diz respeito a melhoria contínua o PPP não descreve quais seriam. Atualmente, a prefeitura oferece fardamento, merenda e transporte escolar nos três turnos, mas isso não é o suficiente. É necessário muito mais que isso, faz-se necessário oferecer uma educação de qualidade que atenda as demandas e necessidades dos estudantes, como pontuam as professoras.

Cabe ressaltar que o bairro onde a escola está situada, nos últimos anos, tem-se tornado cada vez mais violento e perigoso. Isso se deu, segundo as professoras, a partir da vinda de centenas de pessoas para morar nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Com a chegada desses novos moradores, afirmam as professoras, o tráfico

de drogas passou a fazer parte do cotidiano das famílias do bairro, que é carente de saneamento básico, pouquíssimas opções de transporte público, não tem praças e nem parques infantis para o lazer da comunidade. Diante do exposto, compreende-se que:

A inclusão de variáveis que refletem o pouco acesso dos moradores do território vulnerável aos bens, serviços e às políticas públicas, que garantiriam a condição de vivência da cidadania de forma plena, reforçam a importância de se compreender as desigualdades educacionais também a partir de fatores externos à escola. (OLIVEIRA; SARAIVA, 2015, p. 623)

Quanto ao quadro de servidores da escola, segundo informou a gestora, a maioria é concursada, sendo uma pequena minoria de terceirizados, a exemplo do pessoal de serviços gerais e vigilantes. Em conversas informais, alguns afirmaram que não estavam satisfeitos com a gestão do governo municipal, pois não houve nenhum reajuste salarial para os servidores, os quais, segundo os relatos, estão trabalhando insatisfeitos, com isso um baixo nível de produtividade.

Diante as problemáticas observadas na escola e ao seu redor, entende-se que ela deveria ofertar três refeições, uma na chegada, uma no intervalo e outra na saída, para os estudantes em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, conforme está previsto no artigo 28 do Regimento Interno da escola:

Art. 28 A Alimentação Escolar tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. (REGIMENTO INTERNO, 2016)

Também deveria ofertar todo material escolar, assim como apoio pedagógico, acompanhamento médico e psicológico, entre outras ações necessárias para amenizar os efeitos da pobreza e das desigualdades sociais na vida dos estudantes. A esse respeito, Libâneo (2012, p. 26) pontua que:

É claro que a escola pode, por um imperativo social e ético, cumprir algumas missões sociais e assistenciais (a escola convive com pobreza, fome, maus tratos, consumo de drogas, violência etc.), mas isso não pode ser visto como sua tarefa e sua função primordiais, mesmo porque a sociedade também precisa fazer sua parte nessas missões sociais e assistenciais.

Nesta direção, ao serem questionadas se tem no PPP algum direcionamento específico para os estudantes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social, as professoras responderam que não. No entanto, a gestora informou que antes de começar o ano letivo de 2018 seriam tomadas as medidas cabíveis de procedimentos internos de inclusão dessa discussão no Projeto Político Pedagógico da escola. Seria incluso direcionamentos de intervenção no âmbito educacional, a exemplo da criação de projetos e diretrizes pedagógicas direcionadas aos alunos que vivem em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social, assim afirmou a gestora. As professoras, por sua vez, disseram saber da existência de estudantes que passam por tais situações na escola e na sua sala de aula, porém não tinham pensado ainda na necessidade de incluir essa problemática no PPP da escola. E confidenciaram a importância deste estudo para lembrá-las de como é pertinente a temática em questão e sua inclusão nas ações e atividades pedagógicas da unidade escolar.

Cabe ressaltar que o PPP da escola, ainda que de forma superficial, sinaliza para uma ação educativa preocupada com os estudantes enquanto sujeitos de direitos, uma vez que tem como objetivo:

Oferecer a comunidade [...] uma educação nos seus aspectos emocional cognitivo afetivo e social, condizente com uma nova era que se inaugura em que os valores falam mais alto que a intelectualidade visto que estes devem estar balizados na ética, nos conceitos de cidadania, de sujeito participativo na construção de sua história que é a história da sociedade da qual faz parte e com a qual se relaciona e ponto final. (PPP, 2016)

Refere-se, portanto, aos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, mas não os descrevem em suas particularidades. Pontua sobre a oferta de uma educação em que os estudantes sejam sujeitos participativos na construção da sua história que é a história da sociedade da qual faz parte, ou seja, pertencentes a comunidades carentes, marginalizadas e que têm seus direitos negligenciados pelos governantes, porém não diz como. Essas questões precisam ser mais bem explicitadas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Ao serem questionadas se a escola desenvolve algum projeto e ou ação para amenizar o efeito da pobreza e das desigualdades sociais no desempenho escolar dos estudantes, responderam que não. Assim como as professoras, a gestora, a vice gestora e a coordenadora pedagógica afirmaram que não fazem nada de específicos nesse sentido, porém acreditam que através da educação esses alunos e alunas podem mudar a condição social atual em que se encontram. Diga-se uma resposta contraditória, pois está posto no PPP:

As conscientizações são extremamente e necessárias são trabalhadas de diversas formas como: reuniões, reflexões, palestras e outras dinâmicas de integração. Vale ressaltar que também contamos com a orientação do conselho tutelar. Como em todo estabelecimento de ensino, a presença de pais na escola é incentivada, para subsidiar o trabalho da escola, uma vez que a parceria família e escola é imprescindível para o sucesso do fazer pedagógico. (PPP, 2016)

Percebe-se, portanto, que tanto a equipe gestora quanto as professoras precisam repensar as suas práticas, de forma a reformular o PPP da escola de modo a contemplar a temática da pobreza e das desigualdades sociais de forma explícita. Quanto as concepções e os conteúdos programáticos devem centralizar uma ação pedagógica voltada para o conhecimento sistematizado, com elaborações contextualizadas da realidade social, cultural e econômica dos estudantes. Como consta no PPP, a escola tem como missão:

Assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola, através de uma ação pedagógica criativa, inovadora, e de um trabalho de parceria que contemple uma comunidade objetiva e honesta que favoreça à nossa clientela o exercício pleno da cidadania e o êxito profissional.

Prestar serviços educacionais com qualidade, segurança, tecnologia e humanização, formando sujeitos críticos, conscientes, reflexivos, criativos, com alto grau de responsabilidade social, estando assim preparados para atuar na vida. (PPP, 2016)

No entanto, para que isso aconteça, a inclusão da discussão sobre pobreza e desigualdades sociais no PPP da escola configura-se como um aporte importante e necessário no direcionamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na unidade escolar. Assim sendo, faz-se necessário reformular o PPP, de modo a proporcionar mudanças pedagógicas significativas, assim como no direcionamento de medidas para amenizar os efeitos das mazelas sociais na vida dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, uma vez que a prática pedagógica dos docentes deve ser direcionada por esse documento. Um desafio para todos os envolvidos com a ação educativa na escola, principalmente para a equipe gestora (diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica) e os docentes que se veem sobrecarregados com as demandas cotidianas que dificultam uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade e o contexto social em que a escola e os estudantes estão inseridos.

As dificuldades apresentadas pelos estudantes em situação de pobreza e vulnerabilidade social na percepção dos profissionais da escola

A partir das observações acerca da pobreza, das desigualdades sociais e os reflexos destas na realidade da escola pesquisada e da análise do PPP elaborou-se um questionário que foi aplicado com a gestora, a vice gestora, a coordenadora pedagógica e oito professoras. As quais ao serem questionadas sobre se existiam muitos estudantes na escola em situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social, todas responderam que sim. E justificaram dizendo que a comunidade ao redor da escola é carente, sofre com as desigualdades sociais e vive na pobreza, com famílias numerosas e pais que não dão a devida assistência aos filhos.

Sobre se os estudantes que se encontram em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, a gestora, a vice gestora e a coordenadora pedagógica disseram que sim. E pontuaram que isso tem a ver com o fato de que os alunos não conseguem se concentrar em sala de aula, seja por não ter alimentação adequada ou por passar por dificuldades financeiras ou psicológicas na família. Quanto as professoras, seis responderam que esses alunos apresentam dificuldade de aprendizagem e déficit de atenção; duas, que a vulnerabilidade social sozinha não justifica a dificuldade de aprendizagem, sendo fatores congênitos ou fisiológicos, como também fatores externos e justificaram a resposta informando que os estudantes não possuem uma alimentação adequada, apresentam dificuldades econômicas e psicológicas no convívio familiar.

Ao analisar os fatores citados pelas professoras para justificar a dificuldade de aprendizagem de alguns alunos, no caso da escola pesquisada, certamente tem relação direta com os efeitos da pobreza e das desigualdades sociais. Como observam Brito, Arruda e Conteras (2015, p. 18671) “a relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. As condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa”.

Para uma das professoras, a situação de pobreza por si só não justifica as dificuldades de aprendizagem dos alunos, pois, segundo ela, diversos fatores congênitos como: dislexia, disgrafia, disortografia, além do transtorno de imperatividade e que podem ser apresentados pelo indivíduo independentemente de sua condição social socioeconômica. Enfatiza que a pobreza não impede que ocorra a aprendizagem, pois há crianças que mesmo em situação de

vulnerabilidade social conseguem obter o aprendizado e as que apresentam dificuldade de aprendizagem podem pertencer a qualquer classe social.

É fato que a pobreza influencia na aprendizagem, mas não é a única responsável, os problemas são bem mais complexos e interferem direta e indiretamente na educação. As políticas educacionais não atendem satisfatoriamente as necessidades básicas de grande parte das escolas, empobrecendo o sistema educacional no que se refere aos subsídios necessários para o bom funcionamento das escolas. (BRITO; ARRUDA; CONTERAS, 2015, p. 18672)

Diante do exposto, compartilha-se do pensamento de Araújo (2012, p. 121) que “as desigualdades, visíveis e identificadas, que perpassam o sistema educacional brasileiro, parecem não servir de parâmetro para mudar a triste realidade da educação pública no país”. Entende-se que a concepção reducionista de parte das professoras acerca dos efeitos da pobreza e das desigualdades sociais no desempenho escolar dos estudantes interfere no diagnóstico das razões para o baixo desempenho de alguns estudantes. Com isso, fica sem condições de oferecer soluções para o problema, em alguns casos a única medida tomada é o encaminhamento para acompanhamento médicos e/ou colocar o estudante em atividades de apoio pedagógico.

Acerca das principais dificuldades apresentadas pelos estudantes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social a gestora, a vice gestora e a coordenadora pedagógica responderam: falta de concentração e rotina de estudo, devido, segundo elas, há diversos fatores emocionais e familiares. Além disso, afirmam que esses alunos não têm capacidade de estudar sozinhos, sendo necessário, assim, criar uma rotina de estudo.

As professoras, por sua vez, responderam que as principais dificuldades são: falta de concentração, os estudantes não possuem rotina de estudo, baixa autoestima, desnutrição e falta de material escolar. Relataram ainda que em sua maioria vem de famílias desestruturadas, que não possuem recursos financeiros para a compra do material escolar e alimentação adequada, com isso, sofrem de desnutrição, sendo, às vezes, o único alimento a merenda escolar. E que tem estudante que sofre violência familiar, seja por ter um pai ou uma mãe ou um parente alcoólico e/ou usuário de droga. E isso, segundo elas, influencia para a baixa autoestima e o baixo desempenho escolar.

Como pode-se perceber, são inúmeros os fatores que afetam o desenvolvimento escolar dos estudantes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social. No entanto, ao serem questionadas sobre o que a unidade escolar tem feito para ajudar os seus

alunos e alunas na superação das dificuldades educacionais provenientes das condições socioeconômicas, todas responderam que até aquele momento a escola não adotava nenhuma medida neste sentido, mas acompanha a frequência dos alunos, realiza reunião como os familiares e oferece tratamento dentário em parceria com a empresa Ford. Uma contradição, uma vez que afirmaram anteriormente que não é feito nada no sentido de amenizar a situação dos alunos em situação de vulnerabilidade social e que apresentam dificuldades de aprendizagem devido a sua condição socioeconômica. Revelaram ainda que a proposta pedagógica da escola não está sendo efetivada, pois conforme diz o PPP:

A proposta pedagógica [...] é concebida, numa perspectiva sócio-construtivista, e nos documentos legais LDB, RCNS, PCNS que tem como objetivo promover a formação de cidadãos críticos competitivos e capacitados o bastante para serem agentes transformadores de sua própria vida e da sociedade, tendo como referenciais os valores essenciais à vida: Autonomia, Capacidade de convivência, Diálogo, Dignidade da pessoa humana, Igualdade de direitos, Justiça, Participação social, Respeito mútuo, Solidariedade e Tolerância. (PPP, 2016)

As diretrizes e normas pedagógicas não estão sendo efetivadas e, embora condizentes com a realidade da escola, são necessárias mudanças nas atitudes e procedimentos da gestão e do corpo docente da escola, afirmam as professoras. Pontuaram que primeiramente deve haver transparência por parte da gestão, professores e funcionários em geral, conscientizar os pais e os alunos sobre a real situação da escola em todos os aspectos: econômico, social e político. E na medida do possível, sejam tomadas resoluções satisfatórias para amenizar ou resolver os problemas escolares existentes. Disseram ainda que, assim como a empresa Ford em parceria com a escola oferecer tratamento dentário para os alunos, outras empresas também poderiam dar sua contribuição, pois o município de Camaçari é um polo industrial e as empresas têm por obrigação, legal e ambiental, ajudar a minimizar os problemas sociais do município. E que cabe à prefeitura e a gestão escolar buscar parcerias com empresas, microempresários, profissionais liberais e até o cidadão comum do trabalho informal, caso haja necessidade.

Ao serem questionadas sobre o que a unidade escolar poderia fazer para melhor atender as necessidades educacionais dos estudantes em situação de pobreza e vulnerabilidade social, assim como as professoras, a gestora, a vice gestora e a coordenadora pedagógica responderam que esses alunos poderiam receber da escola materiais escolares gratuitos (caderno, caneta, lápis, borracha, entre outros), auxílio transporte, apoio pedagógico,

atividades esportivas ou artísticas após as aulas e três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). Compreendem, portanto, que “o direito à alimentação é individual e deve ser garantido de maneira universal e incondicional a todo ser humano” (GARCIA; YANNOULAS, 2017, p. 32).

Devido a situação socioeconômica, os auxílios supracitados certamente proporcionariam melhor qualidade de vida aos alunos da escola pública, ao mesmo tempo incentivaria e impulsionaria o aprendizado, principalmente dos que se encontram em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social. Mas apenas isso é o suficiente? Certamente que não, é preciso mais: estruturas físicas e organizacionais adequadas, sala multifuncional, laboratório de informática, equipe multidisciplinar, aparatos tecnológicos de ponta, formação continuada dos professores, eventos culturais, entre outros.

Mas, como ressalta Arroyo (2014, p. 6):

É necessário perceber que a pobreza nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres. Devido a tão significativa presença, essa questão se tornou objeto de políticas públicas, como programas de “erradicação da pobreza”. Diante desse quadro, cabe a pergunta: de que forma nós, docentes e gestores(as) da educação, estamos implicados nesse contexto?

Esse questionamento feito por Arroyo, na citação acima, leva a reflexão sobre o fato de que as interlocutoras com a pesquisa têm consciência da existência de estudantes em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social e pessoal, porém fazem muito pouco para intervir e buscar melhorar a situação desses alunos na vida escolar e social. Diante disso, a necessidade de trazer para o debate a importância de formação dos envolvidos com o processo educacional para lidar com essa problemática no contexto escolar, uma vez que, como pontua Gentili (1997, p. 11), “a maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional”.

Considerações Finais

A observação atenta e a escuta sensível acerca da realidade da escola pesquisada permitiram verificar algumas situações de estudantes que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social. As respostas dadas pela gestora, vice

gestora, coordenadora pedagógica e professoras revelaram nuances antes não percebidas ou que diante da naturalização da pobreza e das desigualdades sociais tornavam-se algo comum no cotidiano da unidade escolar. Contudo, diante a realização da pesquisa ora apresenta, sinalizaram o desejo de mudanças na prática pedagógica, no PPP, assim como na elaboração de ações e projetos de intervenção frente ao que o estudo revelou.

Durante o desenvolvimento da pesquisa procurou-se ter uma visão ampla do ambiente escolar, desde as suas normas, diretrizes e procedimentos pedagógicos até a questão da merenda escolar, recursos humanos e didáticos, estrutura física, presença das famílias na escola, conforme orientam as leis que regem a educação municipal pública de Camaçari. Porém, percebe-se que existem na escola pesquisada alunos com dificuldades econômicas ou que vivem em situação de extrema pobreza e os fatores que dificultam a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes são de origens diversas, desde a falta de alimentação adequada em casa e na escola, desmotivação, falta de estímulo, desestrutura familiar, falta de recursos financeiros até problemas congênitos ou fisiológicos de saúde.

Enfim, compreende-se e compartilha-se o pensamento de que é por meio da implementação de novas políticas públicas, sociais e educacionais, que complementes as já existentes, direcionadas as famílias em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, que será possível haver mudanças significativas em todos os aspectos da vida familiar e escolar de alunos vitimados pelas mazelas sociais. E a escola diante dessa questão complexa de convivência com a pobreza e as desigualdades sociais precisa envolver toda a comunidade escolar na busca de caminhos possíveis de superação das problemáticas delas decorrentes no cotidiano escolar e na vida social e educacional dos educandos, assim como apresentar normas e diretrizes curriculares que orientem a gestão escolar e os professores no desenvolvimento da ação educativa, de modo que tenham os subsídios necessários para atender os discentes em suas demandas, singularidades e diversidades.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação, desigualdade e diversidade: grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 114-125, jul./out. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523/2621>. Acesso em: 15 set. 2020.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, ano 2, n. 3, p. 125-157, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>. Acesso em: 22 set. 2020.

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. In: ARROYO, Miguel Gonzales; ABRAMOVICZ, Anete. (Orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 129-159.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação**. Brasília: SECADI/MEC, 2014.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade. In: XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, PR. **Anais...** PUC/PR, 2015.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Demerval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 521-30, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832017005010103&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 set. 2020

GARCIA, Adir Valdemar; YANNOULAS, Silvia Cristina. Educação, pobreza e desigualdade social. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31212> Acesso em: 08 ago. 2020.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. São Paulo: Vozes, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-97022012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SARAIVA, Ana Maria Alves. A relação entre educação e pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. **ETD – Educação Temática Digital** Campinas, SP. v. 17, n. 3, p. 614-632, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638257>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Zélia Maria Melo de Lima. Escola como espaço de transformação: a articulação da educação, pobreza e desigualdade social no currículo escolar. **Revista Internacional Investigación en Ciencias Sociales** v. 13, n. 2, p. 239-252, dez. 2017. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2226-40002017000200239&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Recebido em: 04 de novembro de 2020.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2020.